



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681025 - MG (2021/0224181-1)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : MARCO AURELIO VELOSO PINTO  
**ADVOGADO** : MARCO AURÉLIO VELOSO PINTO - MG106392  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : FERNANDO FALCAO DE MOURA (PRESO)  
**CORRÉU** : ROBERT CELSO MOREIRA DOS SANTOS  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FERNANDO FALCÃO DE MOURA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (02650898220148130672).

O paciente teve a prisão preventiva decretada pela imputação descrita nos arts. 15 da Lei n. 10.826/2003 e 329 do Código Penal.

O impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal decorrente da prisão decretada, considerando a desnecessidade da referida custódia que ofende aos princípios da razoabilidade/proporcionalidade e da presunção de inocência. Alega que não há nos autos os requisitos ensejadores da manutenção da prisão cautelar do paciente, e a fundamentação precisa demonstrar a existência de motivos atuais, e não transcorridos há mais de um ano da prolação da decisão. Alega, ainda, que estão presentes os requisitos necessários para concessão da medida liminar, *periculum in mora* e *fumus boni iuris*.

Requer, liminarmente, o deferimento da medida de urgência para que seja revogada a prisão do paciente, determinando-se a expedição de alvará de soltura em seu favor, e concedido a ele o direito de responder as acusações em liberdade, ou mesmo substituindo a prisão cautelar por medida cautelar diversa da prisão. No mérito, pugna pela concessão da ordem confirmando-se a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente